



007ª COSMAM 18MAR2025

Pauta: Informações de recursos oriundos do Governo Federal para o Estado e municípios, especialmente o de Porto Alegre, para a execução dos projetos de enfrentamento às fortes cheias ocorridas recentemente.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): (10h12min) Estão abertos os trabalhos da presente Comissão de Saúde e Meio Ambiente. Hoje com a pauta: Informações de recursos oriundos do governo federal para o Estado e municípios, especialmente de Porto Alegre, para execução dos projetos de enfrentamento às fortes cheias ocorridas recentemente.

Bom dia a todos. Sejam todos muito bem-vindos. Peço que, por favor, se assentem nos seus lugares, aqui na plateia, e vamos dar início, então, à nossa reunião. Já estão presentes os vereadores que compõem esta reunião, presidente, Ver.^a Psicóloga Tanise Sabin; a minha vice-presidente, Ver.^a Cláudia Araújo; Ver.^a Atena Roveda; Ver. Aldacir Oliboni, que, inclusive, é o proponente desta reunião; Ver. Gilvani o Gringo; e o Ver. Hamilton Sossmeier. Essa é a nossa sétima reunião ordinária da Comissão de Saúde e Meio Ambiente – COSMAM.

Convido para compor a Mesa: Sr. João Pedro Zanetti Maffessoni, representando o secretário César Schirmer, da Secretaria de Planejamento e Gestão – SMPG; Sr. Fernando Ritter, secretário da Secretaria Municipal de Saúde; Sra. Júlia

Zardo, secretária adjunta da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS; Sr. Darcy do Santos, representando o DMAE. Nós estamos aguardando o Sr. Emanuel Hassen de Jesus, conhecido mais por Maneco, da Secretaria de Apoio e Reconstrução do Rio Grande do Sul.

Gostaria de citar os presentes também: Sr. João Carmona Paz, defensor público, da Defensoria do Núcleo Ambiental; Sra. Rosa Helena C. Mendes, Conselho Municipal de Saúde; Sr. Felisberto S. Luisi, conselheiro do Conselho Municipal do Plano de Diretor.

Hoje a nossa reunião é para tratar um assunto extremamente importante, a questão das enchentes. Inicialmente, gostaria de fazer uma fala pedindo desculpas ao nosso governo que, por um problema de comunicação interno, o título da reunião saiu errado. Inicialmente, saiu um título um pouco desastroso, vamos dizer assim, foi um problema de comunicação entre a nossa equipe, assessorias, mas o título correto é: informações de recursos oriundos do governo federal para o Estado e municípios, especialmente de Porto Alegre, para execução dos projetos de enfrentamento às fortes cheias ocorridas recentemente. Quando eu vi o título inicial, imediatamente liguei para o Ver. Oliboni, ele também não sabia desse título, nós imediatamente corrigimos, e foi então divulgado o título certo. Sabemos que o impacto desse desastre foi devastador, afetando todos os aspectos da cidade, desde a infraestrutura urbana até a saúde, o meio ambiente e a economia local. Diante dessa realidade, é fundamental entendermos como está sendo a destinação desses recursos. Primeiro, se estão vindo esses recursos para Porto Alegre; se estão vindo, como estão sendo destinados esses recursos. Por isso, convidamos somente representantes do governo municipal, do governo federal. Essa não foi uma reunião divulgada externamente, então é uma reunião mais interna para realmente tratar das ações que estão em andamento para a recuperação da nossa cidade, com foco na aplicação dos recursos oriundos da União, nas diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente e economia em toda a cidade. Esperamos que essa reunião contribua para trazer mais clareza à

população e fortalecer a nossa atuação conjunta entre os diferentes poderes da reestruturação de Porto Alegre.

Então, neste momento, gostaria de passar a palavra para o vereador-proponente desta reunião, Ver. Aldacir Oliboni.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Bom dia a todos e todas. Saúdo aqui a nossa presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino. Ao cumprimentá-la, saúdo todos meus colegas da comissão presentes, como também todos os nossos convidados, de modo especial, o controle social, como também as secretarias, secretários, subsecretários e representante do governo, que deve chegar em seguida, o Emanuel, que, em função de um ato no Centro, se não me engano, do Julinho ao centro, houve problema no transporte público, portanto, está a 10 ou 15 minutos de chegar. Enquanto isso não acontece, a vinda e a fala do Emanuel, que para nós é de extrema importância, eu queria dizer o seguinte. Quando nós falamos aqui na Câmara que o governo está mandando, trazendo, enviando recursos para o Município, há uma certa desinformação não só dos nossos colegas vereadores, mas há uma polarização de se veio ou não veio. Há tempo queria pautar aqui nesta comissão, porque também trata do meio ambiente, e nós percebemos que inúmeras comissões aqui na Casa acabam tratando especificamente de um dos assuntos que, ora, o governo federal está mandando recursos, como por exemplo, saúde, o secretário está aqui, em relação à questão das enchentes ou da calamidade que aconteceu na cidade, e que também vêm recursos para ampliação ou solução de uma possível nova catástrofe, que é o caso das comportas e assim por diante. Nós sabemos que o governo federal encaminhou muitos recursos. Eu tenho um dado de R\$ 750 milhões que teriam chegado para vários projetos. E esses projetos, em tese, ele não diz para nós especificamente, no espelho que vem aqui na Câmara e que é divulgado, sobre qual teor do projeto, em que momento ele está sendo executado ou se está sendo executado. Nós ouvimos e acabamos sendo pautados pela imprensa, porque a imprensa, esporadicamente, acaba entrevistando o presidente DMAE, o secretário da

saúde, sobre algum dos projetos que, ora, estão sendo, enfim, solucionados. Mas a população também está, de uma certa forma, indignada, porque a cada vez que chove muito, ou chove razoavelmente, volta a ter problema na cidade. E é importante esse primeiro encontro em saber o que o governo federal está mandando para o Estado e para os municípios, principalmente para Porto Alegre, nas suas diversas áreas.

Aqui na Câmara, por exemplo, nós já aprovamos inúmeros empréstimos para poder resolver esse problema. Esses empréstimos chegaram, estão chegando, quando vão chegar? Nós temos aqui o anúncio de recursos com grande volume da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil, que chegaram a Porto Alegre. Nós temos informações do Ministério da Reconstrução, em tese, que antes era coordenado pelo deputado Pimenta e agora é pelo famoso Maneco – conhecido Maneco, mas é Emanuel –, e que pode nos trazer aqui, no detalhe, o recurso que está para chegar, o recurso que chegou, ou projetos que ainda não foram viabilizados, por falta de alguma informação que o Município ainda não teria mandado. Então, nesse sentido, antes de nós entrarmos nesse detalhe específico dos projetos, até porque o Emanuel ainda não chegou, nós vamos atender, presidente, se Vossa Excelência concordar, os demais vereadores, a fala do secretário da saúde, que gostaria de falar, porque tem um outro compromisso. Depois eu vou falar, detalhadamente, sobre os projetos que ora foram apresentados, mas, na saúde, por exemplo, eu sei que tem muitos postos de saúde que foram atingidos, estavam funcionando em outras áreas, estão aguardando esse recurso para reconstruir o posto de saúde, como outros serviços, que também foram contemplados no PAC, e aí nós podemos dar, então, primeiro a palavra ao secretário da saúde, se Vossa Excelência concordar.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Muito obrigada. O Sr. Fernando Ritter, secretário municipal da saúde, está com a palavra.

SR. FERNANDO RITTER: Bom dia, Ver.^a Tanise Sabino, presidente desta comissão; Ver. Oliboni, proponente dessa temática, que é importante. Primeiro, eu queria agradecer pela retratação ali, porque ficou ruim, passou a informação equivocada, desde colocar ali a incompetência da atual gestão para gerenciar os recursos. Acho que faz bem de a gente poder fazer isso, porque isso causou impacto, inclusive, e eu vou falar da minha secretaria de saúde, onde a gente tem técnicos, vocês sabem, de alta qualidade, que se esforçam para poder fazer isso. Então, eu só estou fazendo uma entrada inicial, porque o nosso prefeito pediu que a gente estivesse aqui dentro desse processo, mas a apresentação em si, da Secretaria Municipal da Saúde, será conduzida pela Fernanda e pela Vânia, que vão apresentar essa proposta.

Só para atualizar vocês: no Município de Porto Alegre, recurso federal, ingressou, até o momento, R\$ 123.157.016,49. E os recursos, eles têm prazo para execução, e todo o nosso recurso está bem planejado, como vai apresentar aqui a nossa equipe, ao longo deste ano. Então, nós usamos um processo de organização desde o ano passado. Eu queria lembrar a todos que nós tivemos 26 unidades de saúde atingidas, ainda faltam 10 voltarem à atividade, e a imensa maioria delas vai voltar até final de julho, início de agosto, nós vamos estar com todas as unidades de saúde, com exceção da Ilha dos Marinheiros, que teve que ser demolida.

Queria só relembrar a todos que os CAPS que nós tínhamos perdido, eles já voltaram há três semanas. Ontem, o prefeito esteve junto, junto com o secretário Cassio, e agradeço aqui o Orçamento Participativo, que esteve presente também, representantes do Conselho de Saúde também estiveram presentes, e nós reabrimos a unidade Mapa, um trabalho conjunto, de esforço, de organização, onde a gente relocou o pessoal da FASC. Eu queria agradecer aqui, então, a negociação do secretário Cezar, junto com o secretário André Coronel, que entenderam que um fluxo de 500 pessoas, neste momento, é prioridade a um fluxo menor, não menosprezando, mas sim colocando em importância. Então eu agradeço aqui pela oportunidade, Ver. Oliboni, e dizer que nós temos bastante responsabilidade com relação à aplicação desses recursos.

Na realidade, até peço que se o governo federal tiver coragem e habilidade, se me mandarem três vezes mais, eu gasto tudo em curto espaço de tempo, mas eu vou dizer para vocês que a burocracia também é grande, tem recursos que estão ingressando agora em fevereiro, porque as regras, às vezes, são pensadas por burocratas que não estão lá na realidade, vivenciando o dia a dia das unidades. Então eu queria fazer uma crítica extremamente direta do processo, de que é o seguinte... E aqui eu não estou falando dos ministros, pelo contrário, os ministros se esforçam para poder melhorar o processo – aqui eu queria destacar a ministra Nísia, que foi muito presente aqui, junto conosco, na Secretaria Municipal de Saúde –, mas os técnicos que estão por trás do processo, eles chegam a recusar recursos, a aprovação, por detalhes de nome na placa da obra. Isso não tem cabimento, a gente atrasou um mês porque faltou uma logomarca; não é esse o processo. Então eu vou pedir aqui, encarecidamente, pena que o representante do governo federal não esteja aqui, para desburocratizar. O mundo é muito mais ágil quando o governo, às vezes, não se intromete dentro do processo e exige coisas que não têm fundamento. Nós temos um processo licitatório que é demorado por natureza, a burocracia é isso. Nós desenvolvemos junto com a procuradoria uma habilidade com as nossas parcerias de fazer contrato, só que esse modelo não era pensado no recurso que veio, então a gente demorou seis meses para convencer o governo federal para aceitar essa modalidade. E aí eu vou te dizer o seguinte: se não fosse a interferência de secretários lá do Ministério da Saúde e do própria ministra, talvez a gente não tivesse esse processo.

Encerro aqui a minha fala dizendo que nós temos extrema responsabilidade, e desafio aqui: se me derem três vezes mais, até o final do ano eu gasto todo esse recurso financeiro para a melhoria do acesso e organização da saúde do Município de Porto Alegre. Ficam os meus colegas aqui nos representando.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre presidente, se me permite. Nós tivemos a presença do ministro Padilha, que é o novo ministro da saúde, recentemente aqui no GHC, sábado, o secretário estava presente, só quero

registrar que eu entreguei ali um documento, a partir de uma provocação sua aqui na comissão, de que está disposto a aceitar novas UPAs em Porto Alegre, e eu encaminhei um pedido para que Porto Alegre esteja contemplada, nesse próximo ano, por mais duas UPAs. Se o Padilha confirmar, me parece que o prefeito está indo para lá essa semana, junto com outros prefeitos, em função de outros problemas também, gostaria de dizer que para valorizar aqui a Comissão de Saúde, e estamos juntos contigo aí.

E essa questão dos 10 postos de saúde que ainda estão faltando, secretário, só para ficar com uma clareza aqui, Vossa Excelência está dizendo que até julho estaria funcionando. Esses R\$ 126 milhões, que a Vossa Excelência falou, eles foram importantes para reativar esses postos? Foi isso que te ajudou? O que tu pretendes fazer além disso? Por exemplo, eu sei que a Atenção Básica, hoje, tem uma cobertura de quase 80%, 76%, se não me engano, na última reunião. Não teriam outros gargalos para poder atender, e Vossa Excelência deixar o pedido aqui ao Emanuel, o famoso Maneco, que virá daqui alguns minutos? Porque é importante essa reunião também, não só dizer o que nós estamos fazendo sobre os recursos que ora foram aportados, mas o que ainda está faltando para poder dar certa dignidade aos porto-alegrenses.

SR. FERNANDO RITTER: Não quero polarizar o debate, mas só respondendo antes de eu sair: sim, o recurso é importante, mas em algumas coisas que a gente teve que usar recursos próprios, vereador. Tinha promessa, e chegou o recurso financeiro, mas ele chegou tarde. Se eu tivesse que esperar toda a burocracia, por exemplo, eu não reabriria a Navegantes e não reabriria o Santa Marta. Então, por exemplo, a Asa Branca, nós tivemos que abrir mão do recurso, por causa que a burocracia nos sepultou. E mais, quais outras? Ilhas? Ilha da Pintada, Diretor Pestana, Farrapos. Nessas quatro, eu tive que abrir mão desse processo e estou tentando com o governo federal, já que eu usei o recurso municipal para poder fazer, que a burocracia não nos permitiu fazer em tempo, porque, senão, eu ia ter que chegar até dezembro e eu não tenho o que mais dizer para a população, afinal de contas, já vão completar um ano das enchentes

e eu não posso ficar com as unidades fechadas, ainda mais que está chegando o inverno. Então, eu queria uma ajuda, inclusive vou pedir aqui aos vereadores que fazem parte da base do governo federal para trocar esse recurso financeiro. Já que a gente botou recurso municipal para isso, que eles nos permitam, pelo menos, a gente usar recurso para custeio das ações e de aumento de serviço para a gente poder passar esse período. Então, está feito aqui um pedido formal de reversão do recurso financeiro, que era, ora para adequação de estrutura, para custeio e aumento de serviço, está bom?

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Obrigado. Ver.^a Tanise, se Vossa Excelência me permite, está representando aqui o governo federal, o Rafael. Vossa Excelência vai apresentar?

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Mas a saúde... Terminaste Ritter? Ah, depois, *ok*. Peço que o senhor fale seu nome completo, o seu cargo e o local de trabalho para as notas taquigráficas.

SR. RAFAEL ALFONSO BRINKHUES: Represento a assessoria do secretário Maneco, da Casa de Governo do Governo Federal no Rio Grande do Sul. Nós estamos recebendo, esta semana, uma segunda edição da caravana dos prefeitos na Casa de Governo, justamente para destravar essas questões operacionais que o secretário citou aqui. Então, estamos recebendo, recebemos, na primeira vez, 64 prefeituras, inclusive a Prefeitura de Porto Alegre, várias secretarias; dessa vez convocamos 130 municípios, diversos ministérios, incluindo o Ministério da Saúde. Eu não tenho... Porto Alegre vai participar com outras agendas. Estava confirmando ali – não tenho a agenda do Ministério da Saúde, solicitada pelo Ministério da Saúde, mas fica aqui o convite para o secretário, e a gente faz um encaixe para verificar o que for possível para... O que tem de burocracia. Qual foi a lógica dos ministérios? Chamar os municípios menores, com menor capacidades estatais, gerenciais, que precisam de um auxílio maior para destravar esses recursos, mas se tem alguma dificuldade,

como o secretário citou, uma obra que atrasou um mês em função de uma inadequação da placa, eu acho que a gente pode tratar isso. Estamos com duas equipes da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde aqui na Casa de Governo.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI: Obrigado, Rafael.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Vou passar a palavra agora para o Sr. João Pedro Maffessoni, da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão.

SR. JOÃO PEDRO ZANETTI MAFFESSONI: Bom dia a todos. Na verdade, a gente veio aqui, convocados pela comissão. A ideia seria apresentar um balanço um pouco geral daquilo que, de fato, acabou entrando na Prefeitura como fonte de calamidade. É um relatório muito sucinto – é uma pena a Secretaria da Fazenda também não estar aqui, porque a gente poderia abrir de uma forma mais detalhada esse tipo de informação. Mas, via geral, fonte calamidade, que é quando a gente especifica exatamente aquilo que foi, de fato, destacado pelo governo federal para atender aos objetivos de calamidade pública para o Município de Porto Alegre no ano de 2024, a dotação de receita que entrou aos cofres do Município, ao longo do ano, foi de R\$ 192.105.809,00; desse valor, R\$ 131.110.63,00 já foram empenhados, restando um saldo de aproximadamente R\$ 60 milhões. Claro que, como o próprio secretário Ritter comentou, para a questão da saúde, mas também a mesma lógica acaba se estendendo aos demais órgãos e entes públicos. A prefeitura não se limitou a gastar, para enfrentar a calamidade pública, apenas recursos provenientes de transferências, ela gastou do recurso livre. Se a gente for trabalhar com esta dotação também, a gente acaba trabalhando com uma soma de entradas de R\$ 200 milhões de receitas líquidas, caindo a R\$ 192 milhões, e uma despesa de quase R\$ 400 milhões. Então, sob um panorama um pouco mais geral, orçamentariamente, a respeito do que acabou entrando e o que acabou sendo necessário para fazer

frente a esta tragédia que acometeu Porto Alegre, seria mais ou menos esse balanço.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): João Pedro, pode só repetir a informação do valor financeiro, do quanto que entrou e quanto que...

SR. JOÃO PEDRO ZANETTI MAFFESSONI: Sim. Entrou líquido R\$ 192.105.809,00 ao longo de 2024, na fonte calamidade, ou seja, todo aquele repasse do governo federal, que foi destinado exclusivamente para enfrentarmos a calamidade pública. Empenhamos R\$ 131 milhões, desses R\$ 192.105.809,00.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): João Pedro, é o Ver. Oliboni que está falando. Eu tenho dados aqui, depois, quando o Maneco chegar, vou explicitar melhor, mas, no total, a informação que, inclusive, saiu na imprensa, é que a Prefeitura estaria ou teria recebido em torno de R\$ 770 milhões para a obra de ampliação de galerias fluviais, que, claro, envolve o DMAE. Então, quando for o DMAE, porque os recursos parecem que são muito mais, mas tanto o secretário de Saúde fala em R\$ 156 milhões, e você fala em R\$ 192 milhões. Então, vou ver no final a soma se, de fato, chega a tanto valor assim. Muito obrigado.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): O Ver. Oliboni pediu para o DMAE ficar um pouquinho mais por fim; então, vou passar a palavra para a secretária Júlia Zardo, do Meio Ambiente.

SRA. JÚLIA ZARDO: Bom dia a todos; bom dia, secretários; bom dia, vereadores. Represento a Secretaria do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade. Estou aqui com alguns números, temos um BI com números ali voltados ao que foi solicitado para os equipamentos públicos. Então, temos recebido da União 18% daquilo que foi realmente solicitado. Então, o solicitado foi R\$ 196.588,00 ou R\$ 196.590,00 milhões, e o recebido foram R\$ 11,7

milhões. E tenho aqui um projetado do que foi dividido entre as secretarias, de que forma nós utilizamos e encaminhamos isso aos equipamentos públicos. Então, 18%, bem menos do que aquilo que realmente se solicitou para que a gente pudesse entregar à população os equipamentos todos reformados. Algo positivo que eu vejo disso é que, na verdade, o município conseguiu, com seus recursos próprios, entregar para a população, parte em doações também do setor privado, que a gente pudesse melhorar as escolas e até entregar em situação melhor do que tínhamos antes das enchentes. Então, o Município disponibilizou um total de R\$ 610 milhões para a reforma, então a gente tem um valor bem além do que foi solicitado à União. Assim como o secretário Ritter tinha falado, eu reitero a questão toda da burocracia, nós tivemos uma dificuldade muito grande de acessar esses recursos. O que agora tem vindo mais, que faz parte do trabalho do escritório de reconstrução ali, é a questão da habitação. Na verdade, não chega para a nossa gestão, o que a gente tem feito junto ao DEMHAB ali, esse exercício de cadastrar e entender as famílias e aí auxiliar nesse direcionamento.

Eu vou pedir para que o Artur, que está aqui, o Artur Ribas, nos auxilie com essa fala, ele tem cuidado bem dessa parte, ele vai poder ser mais objetivo nos números para vocês. Por favor, Artur.

SR. ARTUR RIBAS: Bom dia a todos, bom dia a todas; meu nome é Artur Ribas, eu sou coordenador do eixo de habitação do escritório de reconstrução de Porto Alegre. Como a secretária Júlia falou, o Município de Porto Alegre não recebe os recursos da habitação e esses recursos vão diretamente para as famílias. Hoje a gente já tem alguns números muito expressivos, nós já encaminhamos os cadastros de 5.373 famílias que foram encaminhadas ao governo federal para que possam ser disponibilizado o Compra Assistida, que é o programa do governo federal que traz recursos diretamente para as famílias, que permite que essas famílias impactadas que tiveram suas casas destruídas pela enchente ou que estão sobre regiões de diques, que são necessários para proteger Porto Alegre. Já temos 2.816 famílias que têm o direito de ir à Caixa Econômica

Federal buscar o seu imóvel, isso representa algo em torno de R\$ 560 milhões; a gente já tem para investimentos em habitação meio bilhão de reais. Temos já em tramitação junto à Caixa Econômica Federal 1.061 contratos em andamento, que são famílias que já selecionaram seus imóveis e já estão buscando, não somente na cidade de Porto Alegre, que o Compra Assistida permite que as famílias busquem imóveis não só em Porto Alegre, mas como em todo o Grande Sul e tem acontecido de famílias escolherem cidades do litoral ou até mesmo retornarem para suas cidades de origem, para o interior, mais próximo de seus familiares.

Temos também processos que já estão contratados, já com contratos assinados pela Caixa, são 520 contratos assinados pela Caixa e 130 contratos registrados, onde os vendedores já receberam os seus recursos e essas famílias já têm a posse das chaves e já estariam reassentadas na sua nova casa. Então, o processo da compra do imóvel tem se acelerado agora nos últimos dois meses, no início o Compra Assistida era ainda uma novidade para o Grande Sul, até a Caixa Econômica Federal e tanto o Governo Federal estavam ampliando o processo de seleção dos imóveis, inicialmente esses imóveis eram selecionados apenas na Caixa Econômica Federal da Independência, agora nos últimos dois meses se ampliou para que todo o correspondente Caixa possa estar selecionando os imóveis, possa estar ajudando as famílias para selecionar seus imóveis. Também o DEMHAB tem mantido um apoio muito próximo a essas famílias, ajudando, porque a gente sabe que são famílias que têm às vezes muita dificuldade de entender a documentação, de qual a documentação necessária, que estão saindo da informalidade e vindo para ter um imóvel com propriedade, com matrícula registrado. Então esses são os números da habitação em Porto Alegre.

SRA. JÚLIA ZARDO: Obrigada, Artur. Eu escolhi por trazer o Artur junto, ele está bem próximo desse processo aí, poderia trazer mais informações para gente. Então dentro do que a gente tem trabalhado hoje com os recursos dentro

do escritório de reconstrução é o que eu teria para apresentar para vocês, um número bem aquém do que a gente realmente solicitaria.

PRESIDENTE PSÍCÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Quero convidar o secretário adjunto Cesar Sulzbach para compor a mesa, o secretário Fernando Ritter se ausentou... Ah, então tá, está bem, tranquilo. Então, a pedido do nosso vereador que está organizando essa reunião, vamos passar a palavra para o Ver. Aldacir Oliboni.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Obrigado Presidenta, então chegou o Emanuel, conhecido como Maneco, que substitui esse processo de dar atenção ao Estado do Rio Grande do Sul e também Porto Alegre, a partir da saída ou a volta do deputado Pimenta, que estava aqui nesse momento de, enfim, de calamidade, de enchente aqui no Estado.

Eu queria pontualmente, até por que o DMAE ainda não falou, apenas dizer o seguinte: Emanuel, ou Maneco, nós aqui vereadores e vereadoras, nas suas diversas comissões, acabam pautando a habitação, a saúde e me parece que esses recursos que estão vindo do governo federal para projetos estratégicos que envolvem muito mais o DMAE – o DMAE ainda não falou –, da ideia de reconstrução e de poder dizer à sociedade porto-alegrense o que está sendo feito para poder resolver as fortes cheias ou chuvas que têm acontecido e que continuam alagando a cidade, como o 4º Distrito, Praia de Belas, enfim, vários bairros da cidade, e não é diferente aqui na Orla do Guaíba, sobre projetos importantes que teriam sido liberados recursos em torno de R\$ 750 milhões, R\$ 770 milhões, e até então me parece que aparece muito pouco de obras. Eu queria dizer o seguinte, sobre a reconstrução da cidade, já foram repassados pela União à Prefeitura de Porto Alegre – isso a imprensa inclusive já pautou –, R\$ 770 milhões para obras de ampliação de galerias fluviais, macrodrenagem, estação de bombeamentos e diques. Se o dinheiro federal chegou, cabe a nós vereadores e vereadoras zelar pela sua correta e urgente aplicação, e queremos saber, sim, saber o quê? Como estão os projetos de qualificação das galerias da

Rua Conceição até a Av. Ramiro Barcelos, da Rua Hoffman até a Av. São Pedro, da Av. Brasil até a Av. Sertório, do Humaitá até a Vila Farrapos, da Av. Ipiranga, entre Getúlio Vargas e Erico Veríssimo, e tantas outras importantes que a cidade quer, ou os cidadãos querem saber. Por isso nós chamamos aqui alguém que possa dizer em números claros e precisos que projetos foram contemplados do Município e quanto de recursos. E o governo municipal, obviamente, tem a oportunidade de dizer em que prazo serão executados os projetos. Por isso agradeço a vinda aqui, Maneco, para poder esclarecer um pouco mais essa situação dos recursos que estão vindo para o Município de Porto Alegre. E, se necessário, podemos pautar esse assunto trimestralmente, algo que possa dar, assim, atenção aos porto-alegrenses. Seja bem-vindo, muito obrigado.

SR. EMANUEL HASSEN DE JESUS: Bom dia a todas e a todos. Agradecer aqui, desde logo, cumprimentar o Ver. Oliboni pelo convite e, em nome dele, cumprimentar aqui a todos os demais vereadores e vereadoras, todos os servidores da Casa, senhoras e senhores aqui presentes. Para mim é um prazer poder estar aqui e falar um pouco sobre as ações do governo federal, não só em Porto Alegre, mas no Rio Grande do Sul como um todo, desde o início dessa tragédia que está prestes a completar um ano agora, final de abril, início de maio. Preparei uma breve apresentação, porque os números são enormes, de recursos que o governo federal tem alocado aqui para o Estado, que hoje já somam quase R\$ 80 bilhões que já estão no Rio Grande do Sul, fora ainda os recursos dos programas que estão em execução. Então é importante a gente detalhar um pouquinho sobre eles. Eu vou rapidamente falar sobre isso e, obviamente, depois eu estou à disposição das senhoras e senhores para poder eventualmente suprir alguma dúvida.

Rapidamente, dos números aqui, então, daqueles principais programas do governo federal, nós temos 429 mil famílias, no Rio Grande do Sul, que receberam o Auxílio Reconstrução, o PIX de R\$ 5.100,00. Nós já temos disponibilizado, recurso garantido junto à Caixa Econômica Federal, para aquisição ou construção de 22 mil moradias, R\$ 4,5 bilhões. Nós tivemos 66 mil

empresas, 66 mil CNPJs do Rio Grande do Sul, de empresas atingidas pelas enchentes, que acessaram algum tipo de programa do governo federal, num total de R\$ 31 bilhões. Nós tivemos 147 mil produtores rurais diretamente atingidos pelas cheias, que acessaram também algum tipo de desconto ou crédito rural, totalizando R\$ 8,9 bilhões. Nós tivemos mais de 1.300 planos de trabalho já aprovados pela Defesa Civil Nacional em 269 municípios, num total de R\$ 1,4 bilhão, e nós ainda temos planos em análise. Foram 162 mil pessoas em abrigos, o governo federal investiu nisso R\$ 30 milhões; 112 mil trabalhadores foram protegidos no seu emprego com investimento de R\$ 314 milhões em empresas. Nós repassamos R\$ 1,6 bilhões na área da saúde; R\$ 489 milhões na área da educação; R\$ 58,6 milhões do Ministério do Desenvolvimento Social. Os repasses aos municípios totalizam R\$ 13 bilhões, sendo que infraestruturas são R\$ 1,8 bilhões, os R\$ 6,5 bilhões para as obras dos diques aqui da Região Metropolitana, incluindo Porto Alegre, vamos falar sobre isso depois; R\$ 60 milhões na área da cultura, para a retomada cultural, e nós movimentamos, só o governo federal, fora o governo do Estado, municípios, etc., nós, governo federal, movimentamos 35 mil toneladas em doações, numa parceria com os Correios. Alguns números agora aqui de Porto Alegre, específicos de Porto Alegre, daquilo que eu falei do Estado todo. Nós tivemos, em Porto Alegre, 81 mil famílias que receberam o Auxílio Reconstrução, isso dá R\$ 412 milhões circulando aqui na economia do Município. Nós já temos, em Porto Alegre, 2.816 famílias habilitadas no Minha Casa Minha Vida Reconstrução, e destas, 685 já receberam o seu imóvel, totalizando até agora R\$ 563 milhões. Em Porto Alegre, 9.823 empresas, 9.823 CNPJs acessaram os programas do governo federal, são R\$ 7,35 bilhões para essas nove mil empresas de Porto Alegre. O governo federal foi avalista de operações de crédito para o Município, que totalizam R\$ 3,5 bilhões, e nós aprovamos 49 planos de trabalho aqui na cidade, que superam R\$ 63 milhões; R\$ 3,5 milhões para abrigo; R\$ 155 milhões para manutenção e proteção dos empregos de empresas aqui da cidade; foram R\$ 111 milhões na área da saúde; R\$ 14,7 milhões na área da educação; R\$ 3 milhões na assistência social. Só um adendo, naqueles recursos da saúde, parte

vem para o Município, parte para os hospitais de Porto Alegre, então não é todo recurso para a Prefeitura. Porto Alegre recebeu também uma parcela extra do FPM, R\$ 31 milhões; o aeroporto, que é de Porto Alegre, R\$ 425 milhões; as obras de proteção aos diques são R\$ 6,5 bilhões que já estão depositados na Caixa Econômica Federal, se eu não estou enganado, depois vou passar ali; são R\$ 770 milhões para as obras em Porto Alegre. O novo PAC são R\$ 192 milhões para Porto Alegre e R\$ 224 milhões que foram investidos no Trensurb, que acaba sendo também em Porto Alegre, que foi a área atingida.

Detalhando aqui os R\$ 6,5 bilhões das obras dos diques, porque tudo isso acaba desembocando em Porto Alegre e no Guaíba, que é um sistema que precisa ser construído e integrado, não adianta nada um município fazer a obra ou fazer a obra em alguma parte aqui da região se a gente não fizer a totalidade. Então o governo federal disponibilizou R\$ 6,5 bilhões, que estão depositados desde dezembro, desde o final de dezembro, e, arredondando os números, são R\$ 2,5 bilhões para Porto Alegre e Alvorada, no Arroio Feijó; R\$ 1,9 bilhão na bacia do Rio dos Sinos; R\$ 531 milhões no dique de Eldorado; R\$ 450 milhões na bacia do Gravataí; R\$ 770 milhões para Porto Alegre, e R\$ 69 milhões em São Leopoldo. Esses são os principais números das obras de proteção à Região Metropolitana. Como eu disse, o recurso está depositado e nós hoje, inclusive amanhã, temos reunião para isso com o secretário Pedro Capeluppi, este recurso é administrado pelo governo federal, junto com o governo do Estado, mas quem atualiza os projetos e vai licitar essas obras, a princípio, é o governo do Estado. Então nós estamos, como eu disse, desde dezembro aguardando que o governo do Estado possa atualizar esses projetos e licitar essas obras do sistema de proteção da Região Metropolitana.

Um detalhamento aqui da área da habitação, o secretário Artur tem acompanhado muito isto de perto, junto com a gente, são 2.816 famílias habilitadas; nós temos 685 famílias que já receberam o imóvel; temos ali 313 em contratação, que é aquelas que o imóvel já foi aprovado, documentação aprovada, falta viabilizar o contrato; 584 em análise, em análise significa que o imóvel que a família escolheu precisa passar ainda para uma avaliação e

aprovação da engenharia da Caixa; temos 621 famílias em preenchimento, que significa encaminhar a documentação, a documentação para a compra do imóvel, não é a documentação para o cadastro da família, isso já está feito; e 613 famílias de Porto Alegre ainda não encaminharam nenhum tipo de imóvel através do Compra Assistida e, se elas não o fizerem, depois vão para os programas habitacionais que nós estamos contratando aqui em Porto Alegre. Já foi contratado um de 525 – isso, não é, Artur –, a gente espera, semana que vem, autorizar a contratação de mais empreendimentos aqui em Porto Alegre. Só para vocês entenderem a questão da habitação, são dois eixos, um é o Compra Assistida, que viabiliza que as famílias escolham o seu próprio imóvel até R\$ 200 mil, em qualquer cidade do Rio Grande do Sul. Então, uma família de Porto Alegre pode escolher no litoral, pode escolher em Uruguaiana, Alegrete, não importa, um imóvel até R\$ 200 mil no Compra Assistida. Um imóvel pronto, novo ou usado, mas que, obviamente, precisa passar pela aprovação da Caixa. As famílias que não forem contempladas com o Compra Assistida, seja porque elas não quiseram ou porque, em algum momento, não vai haver mais imóvel do Compra Assistida, nós, então, estamos autorizando os municípios a contratar empreendimentos privados para construir esses imóveis. Aqui em Porto Alegre, como eu disse, um de 525 já foi autorizado. Devemos autorizar outro na semana que vem ou na próxima. Eu estava agora em Canoas, por isso que me atrasei um pouco, dando ordem de início, em 200 apartamentos lá também. E nós já tínhamos autorizado para Canoas setecentos e vinte e poucos na semana passada. Então é um movimento que agora, toda semana, devem ter novos empreendimentos sendo autorizados no Rio Grande do Sul, porque ele começou lá em novembro, até que a Caixa e as Prefeituras façam análise. Agora devem entrar toda semana, ou de 15 em 15 dias, mais empreendimentos para nós aprovarmos. Com o Compra Assistida e com a construção de empreendimentos, nós queremos chegar à meta daqueles 22 mil imóveis, pelo menos, que eu relatei ali no início.

Rapidamente, aqui, então, as empresas, como eu disse, foram 9.823 empresas de Porto Alegre beneficiadas. Micro e pequenas empresas, foram mais de 7 mil;

pequenas e médias, mais de 1.200; e empresas de todos os portes, maiores, que acessaram recursos maiores, 1.600 empresas. Seis mil empresas de Porto Alegre receberam no seu caixa, isso é importante destacar, porque quando falamos que foram 65 mil trabalhadores beneficiados, o benefício do trabalhador foi a manutenção do seu emprego. Mas quem recebeu o dinheiro no bolso foi a empresa, porque o governo federal pagou dois salários mínimos para a manutenção de cada emprego desse. Então, a empresa, o governo federal ajudou no caixa da empresa. Nós aportamos 155 milhões para seis mil empresas de Porto Alegre receberam no seu caixa 155 milhões, com a obrigação de manter esses 65 mil empregos. Nós tivemos 25 planos de trabalho aprovados de reconstrução aqui em Porto Alegre, 22 de restabelecimento, e um plano de trabalho de assistência humanitária no valor de 10 milhões. Quinze equipamentos de saúde em Porto Alegre receberam 12 milhões para reforma ou compras de equipamentos. Nós temos recurso de 38 milhões para Porto Alegre reconstruir nove unidades de saúde e nove reformadas no valor de 7 milhões. Ainda na Atenção Primária da saúde em Porto Alegre, foram 29,9 milhões; na atenção especializada, 430 mil; recurso para média e alta complexidade, 41 milhões; e na vigilância em saúde, 6,7 milhões. Todos os recursos já disponibilizados. No Grupo Hospitalar Conceição, nós aplicamos 200 milhões na ampliação do atendimento, e nove hospitais filantrópicos aqui de Porto Alegre receberam um total de 31 milhões de aporte financeiro para ações agora na enchente. Na educação de Porto Alegre, foram 790 mil para 104 escolas no Programa Dinheiro Direto na Escola, R\$ 1,6 milhões na alimentação escolar, 310 mil na parcela extra do PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, e 1,9 milhões para a reforma das escolas atingidas. Foram doadas 500 cestas básicas pelo governo federal ao Município, 11 mil cestas no Cozinha Solidária e 5 mil cestas para povos e comunidades tradicionais, totalizando 16 mil cestas básicas aqui para o município de Porto Alegre. Essas compradas pelo governo federal, não é doação. Então, no cuidado com as pessoas, nós totalizamos 2,2 bilhões em Porto Alegre; no apoio às empresas, 2,8 bilhões; e nas medidas ao Município, totalizando os investimentos que ainda serão feitos, mas que o

dinheiro já está depositado na questão das obras de proteção à região metropolitana, nós totalizamos 8,9 bilhões de investimentos aqui em Porto Alegre, sejam para as pessoas, sejam para as empresas ou sejam nas parcerias com o Município ou com o governo do Estado, que vão ser direcionados aqui para o município de Porto Alegre.

Só para vocês terem uma ideia, nós sempre gostamos de fazer essa comparação, porque é importante, nós temos aportado no governo federal, aqui no Estado, 94,5 bilhões de recursos novos; 6,5 bilhões no novo PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, nos diques. Nós fazemos esse destaque sempre, porque é uma obra que será histórica para a recomposição de toda a proteção da região metropolitana. E 17,5 bilhões de benefícios e prorrogação de tributos que nós antecipamos ou prorrogamos que, obviamente, também esse total de recursos foi injetado na economia nas mais diversas formas e viabilizou com que o estado do Rio Grande do Sul, no ano passado, crescesse mais que todos os estados do Brasil, gerasse mais emprego do que todos os estados do Brasil e tivesse uma arrecadação de ICMS maior do que aquela prevista antes das enchentes. Todos nós, aqui, ouvimos o governador, por várias vezes, preocupado, dizendo que o Rio Grande do Sul poderia sofrer um colapso econômico etc., etc., e o ministro Pimenta já dizia, naquela época, que isso não ia acontecer, porque o governo federal ia injetar recursos no Estado, ia movimentar a economia e, com isso, obviamente, ia gerar emprego, gerar renda e manter a arrecadação, e que foi o que acabou acontecendo.

É importante destacar também o fundo de suspensão da dívida, que viabiliza que o Rio Grande do Sul deixe de pagar a dívida para o governo federal, coloca o recurso num fundo, e este fundo, obviamente, deve ser aplicado em obras e ações de reconstrução. Quase tudo aquilo que vocês têm visto o governador anunciar Estado afora de obras de desassoreamento, recomposição de estradas, moradia provisória, tudo isso é com dinheiro do governo federal, através deste fundo de suspensão da dívida.

E a título de comparação também, só para a gente ter uma ideia, a Receita Corrente Líquida do Rio Grande do Sul, em 2023, ela foi R\$ 56 bilhões, R\$ 56

bilhões. A discussão do teto de gastos, que vocês acompanharam no final do ano passado e início deste ano, era de R\$ 60 bilhões. Então, nesses dois dados, tanto da Receita Corrente Líquida do Estado quanto na discussão da dívida do teto de gastos do País no ano passado, o governo federal colocou no Rio Grande do Sul muito mais do que isso, para a gente combater e investir na questão das enchentes.

Aqui dados do PIB do Estado que, como eu disse, os números econômicos do Rio Grande do Sul foram muito bons no ano passado, por conta muito dos bilhões que o governo federal colocou aqui, e da arrecadação do ICMS, do emprego, que eu também já falei para vocês. Vou deixar aqui depois essa apresentação mais detalhada na comissão, e a comissão repassa para os vereadores atuantes.

Então, são brevemente aqui os números investidos pelo governo federal no Rio Grande do Sul e, especificamente, em Porto Alegre. Obviamente, eu poderia detalhar aqui tudo aquilo que foi feito para salvamentos, a força que o governo mobilizou, milhares de servidores, as Forças Armadas, enfim, tudo aquilo que a gente presenciou aqui, que vocês também acompanharam de muito perto, mas, vereador, eu preferi me focar naquilo que o senhor tinha pedido, que eram os recursos mesmo que o governo federal investiu, não só aqui na nossa capital, mas também no Rio Grande do Sul.

Dito isso, estou à disposição de vocês para eventuais dúvidas, sugestões, críticas, enfim. E os programas continuam, a gente deve ultrapassar, até o final da totalização desses investimentos, a marca de R\$ 140 bilhões que o governo federal vai colocar no Rio Grande do Sul, ainda em programas que estão em execução. Muito obrigado, mais uma vez, pelo convite. Estamos à disposição de vocês.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MSB): Muito obrigada, Sr. Maneco. Eu até peço que o senhor disponibilize essa apresentação em PowerPoint para a gente colocar no nosso grupo da COSMAM. Quero combinar com vocês os próximos passos. Eu gostaria de passar a palavra para a Fernanda

Fernandes, da Secretaria Municipal de Saúde, cinco minutinhos; após o DMAE, o Sr. Darcy, e a gente completa a Mesa. Completando a Mesa, a gente abre para os vereadores e iniciamos o debate. Se alguém quiser falar também, pode se inscrever. A minha assessora está por aí e pode fazer a inscrição. Então, Fernanda Fernandes, cinco minutinhos. Peço que fale o seu nome completo, cargo e secretaria.

SRA. FERNANADA FERNANDES: Bom dia a todos. Meu nome é Fernanda Fernandes. Estou diretora-geral da Secretaria Municipal de Saúde. Em relação aos recursos que a Secretaria de Saúde recebeu para a calamidade, vou ser bastante breve. A gente teve recursos federais, que o secretário já mencionou aqui, e também recursos estaduais. Isso dá uma monta de R\$ 132 milhões específicos para a Secretaria Municipal de Saúde, divididos em atenção básica, vigilância e também recursos para os hospitais, como já foi explanado aqui anteriormente. Desse recurso, nós já empenhamos 70% desse valor, cerca de R\$ 92 milhões. Já foram repassados 60%, cerca de R\$ 79 milhões. Já estão pré-empenhados 15% desse total. Então, entre valores empenhados e pré-empenhados, a gente tem 85% desses R\$ 132 milhões. Cerca de 15%, que são aproximadamente R\$ 19 milhões, ou os processos ainda estão em tramitação, porque são processos de compras de equipamento, ainda estão sendo feitas licitações, ainda estão tramitando, ainda não estão empenhados, mas todos os recursos já têm um planejamento, uma destinação. Em relação às unidades básicas de saúde, vou pedir para a Vânia fazer um rápido relato, que é a questão das obras. O secretário já deu um *briefing* aqui da questão das unidades de saúde, mas vou deixar a Vânia detalhar melhor essa questão das unidades básicas.

SRA. VÂNIA FRANTZ: Bom dia. Unidades de saúde, acho que a primeira parte importante é que a gente – o secretário já trouxe aqui – reafirma o nosso compromisso de que até final de julho, na pior das hipóteses, na primeira quinzena de agosto, todas as unidades estejam já retornando às suas atividades

no local permanente, a exemplo do que já fizemos com algumas unidades. Neste momento, qual é a grande dificuldade? Eu acho que é importante, na presença do Sr. Emanuel, que a gente diga, por exemplo, quando fala ali em nove reconstruções, que nós fomos obrigados a abrir mão, porque, quando nós cadastramos junto ao Ministério, nós estávamos ainda embaixo d'água. E havia unidades que a engenharia avaliava que seriam irrecuperáveis. Felizmente, elas foram recuperáveis, como é o exemplo da Asa Branca e da Ilha da Pintada. O Ministério não teve nenhuma maneira que viabilizasse a troca da construção de uma nova por reforma, porque são vínculos diferentes. Então, nós utilizamos outra fonte para fazer a reforma, que está iniciando nessas duas unidades em, no máximo, dez dias, mas vamos declinar da proposta de construção. Por quê? Porque nós já vamos ter a unidade funcionando. Então, às vezes, em um olhar rápido, parece que nós temos – e daí eu vou me reportar àquela primeira chamada – uma incompetência de guardar o recurso. Felizmente, em algumas situações, nós não precisávamos usar R\$ 2,5 milhões, nós precisávamos usar R\$ 350 mil. Como o Ministério não tinha viabilidade de fazer essa mudança, e eu acho que é isso, quando falamos de destravar, nós estamos falando desses processos. Foi um processo em que nós fizemos um cadastro, num momento em que tudo indicava o pior e, em algumas situações, não foi o pior. E aqui, eu sei que o Rafael já colocou anteriormente, pedindo a possibilidade de termos essa agenda para rediscutir algumas questões com o Emanuel, e eu trago aqui um assunto que eu já trouxe em outros momentos na própria COSMAM de que a gente vem apelando, desde 15 de maio, ao Ministério da Saúde, e eu reafirmo aqui o apelo, para que o Ministério nos apoie a financiar carretas de saúde. A exemplo de que, em áreas, ribeirinhas, tem as unidades móveis em barcos para Porto Alegre, quando o Ministério nos exige, inclusive, resiliência, nós entendemos que carretas de saúde nas Ilhas são uma das melhores alternativas. Quem conhece as Ilhas e quem conhece o histórico, desde sempre, do enfrentamento de enchentes sabe que, num primeiro momento, nas enchentes rotineiras, a população vai para a BR. E, quando ela vai para a BR, a gente pode estacionar uma carreta ali e seguir atendendo. A unidade só muda de lugar.

Então, eu gostaria que pudesse sair daqui alguma agenda para a gente buscar viabilidade política, já que tecnicamente não foram possíveis os valores pré-empenhados pelo Ministério para a construção de unidades, que pudéssemos estar fazendo essa discussão para o uso, através de carretas de saúde para essas regiões.

SRA. FERNANADA FERNANDES: Eu vou emendar a fala da Vânia, para finalizar nossa fala aqui, dizendo que este valor que foi solicitado, e a gente teve esses entraves, ele não chegou a ser repassado para nós, porque o Ministério não aceitou a troca, não aceitou... Tudo isso que a Vânia explicou soma R\$ 36 milhões. Então, esses R\$ 36 milhões não chegaram a ser depositados, eles estão fora desse valor que o secretário falou aqui. A gente chegou a cadastrar quando estava todo mundo debaixo d'água, a gente estimando um valor. Então, esse valor nem chegou a ser alcançado para o Município, são cerca de R\$ 36 milhões, arredondando, por causa dessas questões aqui explicadas. Depois a gente até pode detalhar melhor, porque cada caso tem uma história. Porque depois a gente teve uma primeira impressão, depois os laudos de engenharia trouxeram uma outra realidade, e daí já estava cadastrado, e a gente teve essa questão da burocracia que nos atrapalha. Então, eu acho que essa agenda que a Vânia propõe da questão das carretas móveis é muito oportuna. A gente conseguiu empréstimos, durante a enchente, com a Polícia Federal, com outras entidades da sociedade civil, que foram muito importantes para que a gente conseguisse manter o atendimento lá na Mapa, em vários outros lugares. E a gente vê isso como bons olhos para situações futuras que a gente possa ter, principalmente em regiões vulneráveis, como as Ilhas.

SRA. VÂNIA FRANTZ: E só fazendo um reforço, aqui, ainda temos, como é de conhecimento de todos aqui da COSMAM, a unidade Lami, nós vamos utilizar a verba do Ministério, mas não superamos etapas ainda, então, por isso não veio. E, na unidade do Marinheiros, aqui quem conhece o arquipélago sabe a dificuldade que é a regularização fundiária. Então, hoje, para vocês terem uma

ideia, nós temos uma pré-aprovação, mas nós não conseguimos avançar etapas porque não tem uma escritura em nome do Município. Então, é sempre importante, eu acho, que a gente trazer porque, quando possa parecer uma incompetência do Município, é uma responsabilidade do Município e do próprio ministério, que tem regras a seguir, e que a gente precisa estar empenhando.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Só para dar um informe. Estava conversando aqui com a nossa presidente, que, no final, daremos alguns encaminhamentos, dentre eles, essa possibilidade de, no caso aqui especificamente da saúde, registrar essa relocação do recurso aí de R\$ 33 milhões, para poder chegar não só ao Maneco, mas também ao Ministério da Saúde, na possibilidade real de não perder esse recurso. Mas, no final, daremos o encaminhamento.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Passo a palavra para o Sr. Darcy, representando o DMAE. Por favor, nome completo, cargo e departamento, para as notas taquigráficas. Pode falar da tribuna, ou do microfone de mesa. Tem um microfone sem fio também, se quiser falar.

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Darcy Nunes dos Santos, sou engenheiro civil do Departamento de Água e Esgoto há 20 anos. Já fui diretor-geral, já fui diretor adjunto. Agora, nesta gestão, estou como assessor da presidência do DMAE, que mudou o nome para presidência. É assim: tem muitos números, muitos valores, muito é dito e tal, mas a gente precisa explicar como é que as coisas funcionam no setor público. Esse evento da inundação ano passado, ele gerou várias fases de ações, e muitas estão ainda sendo estruturadas. No momento da crise aguda, o governo federal disponibilizou um sistema chamado S2ID, para dar cadastramento de necessidades para a reconstrução emergencial da cidade. Só que esse cadastramento – aí eu faço coro à fala do secretário da Saúde, Fernando Ritter – é extremamente burocratizado, e não é, como ele falou, culpa dos ministros ou da gestão federal, isso é do sistema.

Extremamente burocratizado. O cadastramento, ele exigia praticamente um projeto de engenharia de cada coisa que a gente estava requisitando os valores. Precisa ter uma lista completa de serviços, de preço unitário. Se eu vou reconstruir esta sala aqui, eu tenho que ter o preço unitário e a quantidade exata de cada cadeira, do tapete, da instalação elétrica, da instalação hidráulica, da pintura, dos pontos de luz, como se fosse fazer um projeto de engenharia. Só que, na hora da calamidade e do sufoco, não tem tempo de fazer isso. Todo mundo estava envolvido para reconstruir a cidade, e não para ficar fazendo relatório e projeto de engenharia. Nem dá tempo para isso. Então, da parte do DMAE, água, esgoto e drenagem, a gente cadastrou nesse sistema, lá por agosto do ano passado, o S2ID, R\$ 66 milhões. A gente teve autorização de R\$ 2,6 milhões. Ponto, e é isso, dos R\$ 66 milhões. Por quê? Por causa dessa burocracia. Os técnicos, sentados em Brasília, são técnicos, eles não têm a noção do tamanho da ocorrência que teve aqui. Eles analisam o projeto ou o pedido como se analisa qualquer coisa convencional. Eles não usam, de jeito nenhum, o caráter de emergencialidade extrema que nós tivemos aqui. “Ah, mas uma calamidade que deu lá no interior da Bahia foi analisada assim.” Só que a calamidade que nós tivemos aqui foi a calamidade das calamidades, e ninguém entendeu isso no Brasil, fora do Rio Grande do Sul. Ninguém entendeu isso. Ninguém entendeu o tamanho do problema. Ninguém entendeu. Esse é o ponto número um.

Ponto número dois: nós temos ações que estão em curso de curto e médio prazos, muitas exigem projetos. Essas ações totalizam R\$ 600 milhões, são as ações de curto prazo, ainda não são as ações que o Ver. Oliboni falou ali, de R\$ 700 milhões, que são as ações de construção de fechamento das passagens que a gente tem feito dos diques, instalação de novas comportas, proteções das casas de bombas, proteção da captação de água do Moinhos de Vento, que ficou inundada 15 dias, e o pessoal do Moinhos de Vento ficou 15 dias sem água, proteção das elevatórias de esgoto, proteção da estação de tratamento de esgoto do Sarandi, são obras de curto e médio prazos que... Alçamento dos diques para 7m, não para 5,8m, como estamos fazendo agora. São obras que

precisam ter velocidade, mas elas têm um tempo de implantação. Não é disponibilizar o recurso imediatamente, e a obra acontece na semana que vem. São obras que têm um prazo necessário de projeto e de implantação. Tem contratações de projetos já feitas, nós temos R\$ 20 milhões em contratos de projetos já assinados em desenvolvimento. A maioria deles termina entre julho e agosto, esses projetos, e tem muita obra sendo já licitada e alguma coisa já contratada. Como eu falei, nós tivemos o cadastramento lá, no momento agudo da reconstrução, de R\$ 66 milhões. Nós temos agora, em andamento, R\$ 600 milhões, e nós temos os outros, que é o que o vereador falou, os contratos assinados para as obras de macrodrenagem, que são os contratos para melhoria da ampliação da macrodrenagem da região que ele falou ali, desde o Viaduto da Conceição até a Ramiro Barcelos e a região do Menino do Deus, Praia de Belas. Foi o que foi citado ali. Então, vamos por partes. Esses R\$ 600 milhões, que são as atividades que estão em curso, estão saindo do caixa direto do DMAE. Até agora, a gente já despendeu, o pessoal me falou em 10, mas nós já temos 20 contratados e nós temos 600 para contratar, e nós estamos tocando com o caixa que o DMAE tem e que a Prefeitura tem. Daqui a pouco, vai faltar, porque nós não vamos ter fôlego para isso aí. O que é que a gente está fazendo? A gente está solicitando, no governo do Estado, aquele recurso do [Funrigs](#), que é para poder custear esses R\$ 600 milhões, e a gente poder dar vazão a essas obras, senão vai chegar no ano que vem, e nós não vamos ter recurso para tocar. Nós vamos esgotar o caixa do DMAE, e o recurso vai acabar. A gente está licitando e executando o que tem, sem parar, sem parar, nós estamos tocando, nós não estamos aguardando ter aprovação do governo do Estado do recurso para fazer, nós estamos tocando, só que, daqui a pouco, nós não vamos mais poder licitar alguma coisa, porque o recurso vai se esgotar. Como eu falei, nós temos R\$ 20 milhões contratados dessas ações de curto e médio prazos, dos quais a gente já desembolsou 10, mas nós temos, em licitação, 67, que são as novas comportas, os fechamentos dos diques e as melhorias de casa de bombas, e nós vamos ter mais ainda, nós vamos chegar em 600 em licitação nos próximos três anos, e aí vai faltar, se nós não tivermos esse repasse do governo do Estado.

Depois, tem o terceiro item, que são os recursos que o vereador falou ali, empréstimo junto à Caixa Federal, aí é empréstimo, ou seja, é um endividamento do DMAE, da Prefeitura, que envolve a melhoria da macrodrenagem, desde a Vila da Conceição até a Ramiro Barcelos, considerando da Independência para baixo, ou seja, tudo ali que pega a área entre a rodoviária e a Ramiro Barcelos, da Independência, Cristóvão Colombo para baixo, está nessa região, todas essas regiões vão precisar interdição de ruas para implantação de galerias, é extremamente complicado. Nós vamos construir casa de bombas novas nessa região também, extremamente complicado. Já há os terrenos, isso não impacta tanto, mas a implantação de galerias nessa região é complicada, porque as ruas vão ficar fechadas! Algumas ruas, paulatinamente, vão ficar fechadas, não tem como implantar galeria de dois metros por dois metros de largura sem fechar a rua. Então, assim, isso vai ser bastante impactante e vai ter que ser discutido com a sociedade como é que nós vamos desenvolver isso aí, não é fácil. Não são poucas, e são ruas que impactam demais o comércio, o funcionamento da cidade.

Depois, nós temos essas casas de bombas 1 e 2, que é essa região que eu falei, do Viaduto da Conceição até Ramiro Barcelos, da Independência para baixo, são R\$ 115 milhões, o empréstimo da Caixa Federal. Depois, nós temos R\$ 155 milhões, que é um outro empréstimo da Caixa Federal, que são as casas de bombas da região do Menino Deus, Cidade Baixa e Praia de Belas. Aí são exclusivamente as casas de bombas, não temos galerias para fazer, são as casas de bombas n^{os} 12, 13, 14, 15 e 16.

Esses dois contratos de financiamento com a Caixa Federal foram assinados dia 31 de dezembro de 2024, às 15h, último dia, último minuto, último segundo. Esses dois contratos, que somam R\$ 270 milhões de empréstimos, têm um regimento extremamente longo, porque a primeira fase é, junto à Caixa Federal, a apresentação e a aprovação dos projetos de engenharia. Isso não é feito antes de assinar o contrato; é feito depois de assinar o contrato. E é um contrato de financiamento assim como se faz financiamento para construir um edifício e comprar um apartamento. Tem que ser apresentado todos os projetos,

toda a documentação de propriedade dos terrenos, toda a liberação ambiental, se tiver, de patrimônio histórico e artístico do IPHAN. Todos os licenciamentos têm que acontecer antes de começar a obra. E isso só começa depois de assinar o contrato, que foi assinado dia 31 de dezembro de 2024. Então, neste momento, nós estamos em desenvolvimento dos projetos, para, depois, pedir licenciamento ambiental; para, depois, licitar a execução das obras. É por isso que isso é lento. E tudo isso, todas essas fases, por exemplo, aprovação de projetos na Caixa Federal, é extremamente rigoroso. Eu vou dar o exemplo da Ponta do Arado, que demorou dois anos a aprovação do projeto na Caixa Federal, trabalhando todos os dias. No serviço público, a necessidade de comprovar a lisura e a transparência de tudo gera um atraso extremamente longo para qualquer etapa, porque todos os preços, todos os projetos, todos os valores, todos eles têm que ser comprovados e aprovados em várias instâncias técnicas – várias.! Então, assim, a gente demora aí um ano e pouco só para o desenvolvimento de projetos e pedido de licenciamento.

Aí temos, porque ele fala em R\$ 770 milhões, os outros R\$ 500 milhões o que são? São recursos não onerosos, não financiamentos, ou seja, recursos diretos do orçamento da União, que estão dentro do R\$ 6,5 bi, que está resguardado nesse fundo que o governo federal criou, que vai ser licitado. Essa é uma tratativa entre a Prefeitura e o governo do Estado que envolve mais a gestão, saindo da minha alçada, sai da alçada do DMAE um pouco. Eu estive em uma reunião ainda, no dia 30 de janeiro – eu me lembro sobre isso –, lá na secretaria, tu estavas lá até, não é? Aí são R\$ 500 milhões para quê? Macrodrenagem da região da casa de bomba nº 4. O que é casa de bomba nº 4? É a região ali da Cairú, Brasil, Dona Margarida, vai até a Voluntários da Pátria. Região da casa de bomba nº 5, o que é? São os bairros Humaitá, Vila Farrapos e Navegantes. E mais a parte baixa do Sarandi, que tem mais R\$ 70 milhões para a parte baixa do Sarandi. Esses R\$ 500 milhões, que aí somam os R\$ 770 milhões, porque são R \$ 270 milhões de empréstimo na Caixa Federal, e são R\$ 500 milhões do OGU. Esses R\$ 500 milhões do OGU estão dentro daquele pacote lá dos R\$ 6,5 bilhões, que estão reservados, sim, mas até hoje não teve assinatura, não teve

compromisso, pelo menos entre a Prefeitura e o Ministério não teve assinatura, não teve termo de compromisso ainda para os repasses. Eu, assim, confesso, não sei em que pé se encontra isso aí, porque eu sei que tem aquele protocolo de intenções, o convênio assinado entre o governo do Estado e a União, tem a formalização dessa entidade, assim, conveniada, mas não tem o termo de compromisso assinado. Nós temos projetos em desenvolvimento já, nós não estamos parados por causa disso. Nós estamos andando com os projetos, porque, assim que seja necessário a apresentação de projetos – porque também vai ser fiscalizado pela Caixa Federal – e requisitarem para desenvolver projetos, nós vamos ter para apresentar. É isso.

Então, são três momentos que eu falei: R\$ 66 milhões é o que foi pedido lá no momento agudo da reconstrução, no sistema S2ID, que já está fechado, que foi só no momento da reconstrução; R\$ 600 milhões de curto e médio prazo, que a gente está solicitando recurso pelo governo do Estado, e mais os R\$ 770 milhões, dos quais R\$ 270 milhões já são assinados, que é empréstimo à Caixa Federal, e R\$ 500 milhões que não estão assinados, mas estão reservados. É isso.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): *Ok, muito obrigado, diretor. Devolvo a palavra ao Sr. Maneco fazer algumas considerações.*

SR. EMANUEL HASSEN DE JESUS: Só quero completar aqui, a partir das informações que eu escutei. Nós estamos hoje, amanhã e quinta, lá na secretaria com equipes dos principais ministérios envolvidos nos recursos aqui da reconstrução. A Prefeitura de Porto Alegre foi convocada para reunir com a gente para a gente vencer algumas etapas que ainda estão com dificuldade. Obviamente que o governo federal faz todo o esforço para atender os pedidos que são possíveis, tanto que, por exemplo, na área da saúde, atendeu os pedidos de reconstrução, que depois se chegou à conclusão que não eram necessários. A gente chegou a empenhar os recursos para construir UBS nova, que depois a Prefeitura entendeu que seria possível reformar aquelas UBSs.

Só para fazer uma consideração aqui sobre a burocracia, porque, na verdade – eu trato isso com muita transparência, com muita tranquilidade – o Estado brasileiro, de uma maneira geral, não é feito para ser rápido – e isso não é de hoje nem de ontem. Então a culpa não é de A, B ou C.

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Não, não é.

SR. EMANUEL HASSEN DE JESUS: Nós tratávamos sobre moradia, esses dias, com uma reunião no sábado de manhã, às vezes, as pessoas não sabem, mas, depois de um dia do carnaval, nós estávamos na Prefeitura às 10h da manhã, – não é, Artur? –, com o prefeito Melo, tratando de habitação, justamente para poder trabalhar as questões de aprovação de projetos, que são complexas e demoradas, porque o nosso histórico, enquanto poder público, é ruim. E a gente se moderniza em várias coisas e não consegue modernizar nisso. Então, se por um lado o governo federal, às vezes, realmente tem um processo mais lento do que deveria para aprovar determinados projetos, a Prefeitura também tem, e o governo do Estado mais ainda. O recurso que está depositado, a totalidade do recurso para as obras de proteção aos diques da região metropolitana, a previsão do governo do Estado é que para atualizar os projetos serão mais dez meses. Aí, depois, tem que licitar e depois a obra começar. Então, a nossa pressão hoje qual é? É para o governo do Estado, que dizia que o governo federal tinha muita burocracia, agora mostre que não tem burocracia e que faça em 30 dias, 60 dias. Não vai fazer. É por isso que a gente tem que ter responsabilidade quando fala. Eu não vou vir aqui exigir da Prefeitura de Porto Alegre que me prove um loteamento do Minha Casa Minha Vida em 15 dias, quando eu sei que não vai conseguir fazer. Vamos acelerar para não demorar um ano, dois. Então é só a gente ter bom senso nessas falas, para a gente não ficar criando na população uma culpa que não é de A, de B, é do sistema, e que a gente mesmo, porque todos aqui, ou a maioria, já passou no Município, já passou no Estado, já passou na União e vice-versa, e que a gente não conseguiu atualizar e vencer, e deixar com a velocidade que a população

deveria esperar de nós. Mas o esforço é que a gente consiga acelerar tudo o mais rápido possível. E a gente tem visto que a maioria dos municípios tem trabalhado nesse sentido, procurando acelerar os processos para a gente poder entregar para a população. E acho que na maioria das ações a gente tem conseguido. A dificuldade hoje é habitação, que é algo que não é fácil, por isso que a gente criou o Compra Assistida, para poder acelerar isso tudo. E as obras de proteção na região metropolitana, porque o último projeto no Estado em relação a isso era de 2014, ainda no governo do governador Tarso Genro. Desde lá, ficou tudo parado e não houve nenhuma atualização de projeto, desde 2014 até as enchentes de maio. Então, só atualizar aqui essas informações e me mantenho aqui à disposição, se for necessário. Obrigado.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Ok, muito obrigada. Nós temos duas pessoas inscritas aqui da plateia, então, vamos ouvir essas duas pessoas. Depois a gente abre para os vereadores da Mesa. Três minutinhos, então. É só pela questão do tempo, só isso. A Sra. Rosa Helena, do Conselho Municipal de Saúde, está com a palavra. De dois a três minutinhos, por favor.

SRA. ROSA HELENA CAVALHEIRO MENDES: Muito bom dia, Mesa. Bom dia a todos. Então, eu não poderia deixar de falar. Foi comentado aqui que as demoras na liberação das verbas dificultam um pouco as coisas. A gente sabe que existem essas tramitações e que bom que tem essas questões, porque é questão de fiscalização, de alguma forma, para poder saber se esse dinheiro vai chegar lá. Mas nós temos história do governo municipal, principalmente, com a qual já sabia há muito tempo de todas as coisas que estavam acontecendo e não fizeram nada. Segundo eles, não tinha dinheiro em caixa, não tinha isso, não tinha aquilo. Nós dizemos isso porque temos a história da verba dos R\$ 18,9 milhões que nós tivemos para a verba do Murialdo, e essa verba foi desviada, 70% dessa verba foi desviada e não foi para a linha necessária das construções. Aliás, foi construída só a unidade Campo da Tuca com esse dinheiro. O restante sumiu na calada. Então, agradeço ao governo federal, que está encaminhando

toda essa quantidade de verbas para poder fazer alguma coisa enquanto essas enchentes, porque a prefeitura foi avisada e não fez nada na época. Quero dizer para vocês que nós estivemos em visita, com o Conselho Municipal de Saúde, na Brigada Militar, numa casa, num local que estava abrigando pessoas das ilhas e outras mais. E ali constatamos que o trabalho que deveria ser feito pela Prefeitura, não fez. Não fez. Estávamos no final já, levando as pessoas para as suas casas, ou casas de famílias que seriam abrigadas e não tinham sido ainda inscritas para receberem os seus devidos direitos das casas e moradias. Então, eu digo assim, é muito fácil cobrar de um governo, A, B ou C, e dizer bem claro aqui, hoje eu não sou funcionária pública de nenhuma instância, hoje eu sou controle social, mas sou uma militante de esquerda, sim. Então, eu vou sempre olhar para quem olha para o povo. E quando a gente enxerga um governo que, enfim, está fazendo alguma coisa, porque dez anos antes, de dez anos para cá, se não dizer um pouco mais, mas vou ser um pouquinho amena, de dez anos para cá as coisas não estavam sendo feitas, porque sempre tinha um entrave, não tem dinheiro para cá, não tem dinheiro para lá, não tem dinheiro para aí. Então, agora o dinheiro está aparecendo, então nós temos que trabalhar. E o Conselho Municipal de Saúde, mesmo tendo uma secretaria e um governo que não querem que nós estejamos lá dentro trabalhando, nós estamos com as nossas pernas curtas, mas nós estamos, com o nosso dinheiro, o dinheiro nosso do bolso mesmo. Porque a secretaria tem dinheiro para poder liberar para nós pela lei do SUS, porém não libera para nós atuarmos. E nós vamos continuar fiscalizando, obra por obra, e essas nove unidades de saúde que faltam, nós vamos estar em cima. Obrigada.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Muito obrigada. O Sr. Felisberto, do Conselho Municipal do Plano Diretor, está com a palavra.

SR. FELISBERTO SEABRA LUISI: Bom dia a todos e todas. Quero saudar a presidente da comissão. A gente tem três minutos para colocar e deglutir tantas informações, nós que estamos aqui presentes, imaginem a população lá na

ponta, que sofreu a consequência dos alagamentos, das enchentes. Imaginem a dificuldade de compreensão para alocar os recursos. Eu aí vou falar um caso que é muito simbólico. Uma senhora ali no Humaitá, na Vila Santo Antônio, perdeu a sua casa de madeira. Sua casa de madeira. Não foi diagnosticado nem informado para ela que ela teria direito a R\$ 200 mil; na pior das hipóteses. Ela própria, com R\$ 5.100, começou a construir a casa. Eu pergunto, como é que poderá melhorar a casa dela? Porque ela foi atingida pela enchente, teve toda a comunidade alagada. Isso deve ter acontecido em milhares de situações em Porto Alegre. Então, essa é uma questão que nós temos que olhar. O diagnóstico, o laudo técnico do impacto que a enchente teve na estrutura da cidade – isso não tem lugar nenhum! Onde está isso? Com quem que se acessa isso? Na área da saúde, na área da educação, na área da habitação – quem é que acessa isso? Quem é que tem a informação? Não chega a nós. Nós temos um financiamento para Porto Alegre de R\$ 6 bilhões, agora, para executar em cinco anos. Agora, depois do projeto apresentado, do dinheiro conseguido, foram levar para o Orçamento Participativo para discutir a aplicação dos recursos, mas na elaboração do projeto, na execução da alocação desses recursos, não teve nenhuma participação da sociedade. Então, não tem como chegar. A população fica refém dos governos. Não há democracia sem participação da sociedade. Não existe democracia. Então, é importante a gente ter essa consciência. O CMDUA aprova projetos que vão impactar na mobilidade, na infraestrutura, no saneamento, sem nenhum diagnóstico.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Mais um minutinho, por favor.

SR. FELISBERTO SEABRA LUISI: Obrigado. Vou finalizar. É difícil porque tem tanta coisa para um conselheiro que tem alguma atuação de longos anos em Porto Alegre. Então, o conselho que discute o planejamento urbano não tem os dados e fica na mão dos técnicos só. Nós sabemos o que é necessário, vocês só têm que acatar a nossa técnica.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. FELISBERTO SEABRA LUISI: Desculpe, não mesmo. Esse conselheiro da RGP1, da região de planejamento 1, não aceita isso. Nós queremos uma transparência total e queremos participar do diagnóstico da nossa cidade e da alocação desses recursos para não ir na mão dos que ganham com a cidade, com a especulação, não chegar na ponta, não chegar nas demandas do Orçamento Participativo, que são débito da prefeitura dos últimos 20 anos. Não estou falando do débito anterior a isso, estou falando dos 20 anos para cá. Então, tem um débito que precisa ser resgatado, são demandas da sociedade. E digo mais: se tivesse sido feita, teria minimizado os problemas que nós tivemos com os alagamentos. Ter humildade técnica e ouvir a população é um dever de todos e de todas. Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Muito obrigada, Felisberto. Agora passo a palavra para os vereadores desta comissão, a começar pela Ver.^a Cláudia Araújo. Dois minutinhos.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Bom dia a todas e todos, cumprimentar a Mesa, parabenizar o Ver. Oliboni pela proposição da pauta, que eu acho que é importante, transparência sempre é muito importante.

Pelo que eu vi aqui com todas as falas, o maior problema que se tem é burocrático, e eu sei da dificuldade também que se tem com relação à Caixa Econômica Federal. Muitas vezes o dinheiro para na Caixa e a gente não consegue, por mais boa intenção que se tenha, fazer a coisa andar. Isso não é só na saúde, não é só na habitação, é em todos os setores. Então, acho que isto é uma coisa importante para uma próxima reunião: daqui a pouco nós termos um representante da Caixa Econômica que pudesse estar junto também e que pudesse trazer uma solução mais rápida, buscar junto conosco uma alternativa. Porque muitas vezes nós recebemos emendas federais e elas param na Caixa

Econômica, elas não são pagas pelo fundo, porque a burocracia impede que isso aconteça, e a gente acaba não conseguindo entregar para a cidade aquilo que poderia trazer muitos benefícios para a nossa cidade. Então, eu acho que é importante, Ver. Oliboni – eu sei que o senhor vai continuar com essa pauta, nós vamos trazer em seguida, nos próximos meses, novamente um retorno para a população –, que a Caixa Econômica esteja junto conosco para trazer também o seu ponto de vista, o porquê das coisas chegarem lá e pararem, qual é o benefício que eles têm com isso. Porque só atrapalha a nossa cidade. Parabéns e seguimos firmes nessa luta.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Muito obrigada. Vou passar a palavra para o Ver. Hamilton Sossmeier.

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PODE): Quero cumprimentar a Mesa, todos que estão aqui, especialmente parabenizar o Ver. Oliboni por essa pauta tão importante, depois de toda a tragédia climática que nós vivemos.

Eu só quero deixar uma reflexão ou uma pergunta com relação à compra assistida da Caixa Econômica Federal, pois alguns têm uma certa dificuldade por causa da burocracia, no sentido de que, se uma casa... Pelo menos era assim, estavam estudando para mudar isso. Se o cidadão recebe os R\$ 200 mil e quiser comprar essa casa por R\$ 300 mil, parece que estava tendo um pouquinho de dificuldade. Não sei se isso procede, mas parece que isso estava sendo resolvido. Mais uma questão de pergunta. Aqui nós vemos que já foram 520 contratos assinados, 120 contratos de pessoas que já receberam isso, acho que é um número relativamente significativo, mas essa dificuldade chegou até o nosso gabinete. Não sei se procede ou não. Apenas fica aqui como registro uma pergunta. Obrigado.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Muito obrigada, vereador. Vou passar a palavra à Ver.^a Atena.

VEREADORA ATENA ROVEDA (PSOL): Um bom dia a todas, eu fiquei refletindo muito, nós temos uma dificuldade na política, que as pessoas acham que a linguagem da política é número. Isso é um grave erro, é um grave problema. Porque fiquei aqui duas horas escutando uma quantidade extraordinária de números vindas de todos os cantos, de todos os governos da esfera federal, municipal, e eu simplesmente não consigo, eu, vereadora eleita, captar o que de fato aconteceu, se não as memórias do que foi de fato as enchentes nessa cidade. E a ausência, muitas das vezes... E eu acredito, sim, com total certeza, que a burocracia retira a capacidade fundamental de entrega daquilo que os governos devem fazer como obrigação. Mas eu não posso deixar de registrar aqui a lembrança e a memória frente a todos esses números do que foi de fato a experiência técnica na base da Prefeitura, na base, no chão de todos os bairros que foram inundados. O Sarandi é o bairro que menos recebe, foi publicado agora, há pouco tempo, estrutura da Prefeitura em nível orçamentário. É o Sarandi. O Bela Vista é um dos que mais recebe. Então, assim, se eu tiver que ouvir de novo numa reunião como essa, na COSMAM, que é um espaço que, sim, eu acredito com certeza que as pessoas que estão aqui representando os conselhos municipais têm que ter mais espaço de fala, exatamente para fazer com que a fiscalização da gente que fiscaliza, quem executa... Porque os senhores que estão em cargos aqui comissionados têm todo o dever e o direito de se posicionar politicamente falando de burocracia, mas a responsabilidade é de vocês. A Prefeitura estava na mão de vocês. O governo federal enviou, encaminhou... Há esses problemas burocráticos, e eu concordo com a Ver.^a Cláudia, em relação às emendas, em relação à Caixa Econômica. Está dado. Está dado. Mas essa foi a realidade e é a realidade desde os últimos 20 anos. E a gente, enquanto agentes políticos, não pensa em fazer nada. A gente não se movimenta para fazer nada. Eu acredito fortemente que não é uma outra reunião que executa... Não se dá resposta à realidade com reunião. Se eu achar, se eu começar a achar, eu vou ficar louca aqui. Se eu começar a achar que reunião responde à realidade... A gente estava com a realidade muito boa, mas não é isso que acontece. Quando chove, a saúde mental dos porto-alegrenses fica

desestabilizada, e quem está bem fica preocupado com quem não está bem e com quem estava debaixo da água. Então é só para deixar registrado que, se eu retorno a uma reunião como essa, política, na COSMAM, na Comissão de Saúde e Meio Ambiente, se eu vou visualizar e escutar número, me mande o relatório para o meu gabinete, que eu leio. Peço a um assessor de contábil, faço avaliação numérica, porque eu ouvi aqui uma hora um fala um número, outro fala outro número, então eu fico pensando assim: meu Deus, estão querendo me enganar. Alguém está sendo enganada, não vai ser eu, está entendendo? Não, meu coração não me deixa enganar. Ora, pois. Então, eu só queria registrar essa indignação minha, que eu fiquei duas horas aqui, com uma penca de coisa para fazer nesta cidade, uma penca de planejamento, e eu simplesmente só saí daqui sabendo que nada sei. E que o governo federal envia, o governo municipal critica a relação burocrática, mas, de novo, há uma responsabilidade explícita de quem está há quatro anos. E lembrar que, na campanha de vice do Fortunati, Melo havia falado já das bombas. Só para registrar. Obrigada.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): O Ver. Gilvani o Gringo está com a palavra.

VEREADOR GILVANI o GRINGO (REPUBLICANOS): Um bom dia a todos, um bom dia a todos da Mesa. Ficaria muito feliz em ficar aqui 24 horas, se a gente chegasse a uma efetividade, digo, no que se diz proteção contra enchentes. Eu vou... Acho que a gente tem passado o início de toda essa história, eu falo de toda essa consequência, eu falo que Porto Alegre vem enfrentando, e não só Porto Alegre, mas a Região Metropolitana. A burocracia, eu falo sempre, é simples de se defender de qualquer situação. A estratégia, a gente é muito inteligente para isso. Quando a gente age com o coração, a gente quer fazer, é diferente a forma que a gente faz. Eu falo governo todo, tanto governo federal, municipal, estadual. Eu digo, a dificuldade para sempre estar nascendo a tal da facilidade. Eu digo, a facilidade lá para a eleição e dizer: eu vou ser a salvação, eu vou trazer a mudança. E assim o povo vai. Eu digo: corta a água, que eles

vão pedir água, e no momento certo nós vamos entregar água. Essa é a visão que eu tenho. E eu falo assim, essa história começou lá em 1941, eu falo que ela começou na mão, as obras foram começadas 30 anos depois, dá para se dizer, e elas não foram concluídas. Nós vamos fazer um ano de aniversário da enchente, e eu não vejo, dizer assim: essa região aqui de Porto Alegre – ou qualquer outra região que seja na região metropolitana de outras cidades – está protegida contra enchente. E eu falo que é importante deixar registrado esse momento, quando que nós vamos chegar aqui, vamos falar, inauguramos uma obra de proteção contra enchente que está concluída 100%? E essas obras, os projetos estão prontos, estão na Metroplan. Ah, tem que fazer um reestudo, tem que fazer um trabalho de realinhamento? Tem que. Mas tem muita obra para se fazer em cima dos projetos que já existem que estão prontos. Então, o que eu falo também, pessoal? Isso aqui, essa conta é do governo federal, e agora entregaram essa conta nas costas dos municípios, eu defendo Porto Alegre, mas não posso deixar de falar dos outros municípios. E eu falo assim, tem problema na saúde, tem problema com a microdrenagem, drenagem interna, tem problema com educação, nisso tudo vai recurso. Eu falo para vocês, se todos nós nos alimentarmos e não obtivermos energia suficiente para dar conta do peso que a gente carrega nas costas no dia a dia, a gente acaba adoecendo. Porto Alegre está doente e está sofrendo com uma consequência de incompetência de governos passados e dos governos atuais, e agora ainda botam a culpa no Estado do Rio Grande do Sul. Essa é a verdade. Ah, vim aqui falar de número? Eu quero falar de ação, eu quero falar de obra entregue, eu quero falar que as pessoas digam: “Ah, a gente está seguro”. As pessoas perderam tudo aí. A questão econômica hoje dos governos é uma coisa, agora a questão econômica das vidas das pessoas individuais e do empresariado é gravíssimo. E eu vou dizer mais para vocês, o pior de tudo isso é a mídia que não expõe isso na íntegra, esse sofrimento que as pessoas estão passando. Essa conta que cada um amarga nas costas e olha um para o outro e pergunta: “Está difícil para ti também?” O cidadão e o empresário: “Está difícil para ti também?” “Também está”. Mas ninguém fala nada, mas não é, é que a mídia não fala.

Então é importante que Porto Alegre, eu falo a Câmara de Vereadores, se posicione, não só a Câmara de Vereadores de Porto Alegre, mas todos os municípios atingidos. Essa conta tem que ser paga e tem que ser executada pelo governo federal. Chega de política, vai fazer um ano dessa catástrofe, vai fazer um ano e eu quero vir aqui de novo... E olha, pessoal, não é ser pessimista, no meio de tanta conversa, como eu falo, de tanta discussão, eu não sei se nós não viemos aqui fazer aniversário dois anos. Então essa é uma triste realidade. A Metroplan tem os projetos, quem quiser saber acessa lá, se alguém quiser eu entrego na rede ali, eu tenho esses documentos, eu já levantei e eu acho que a gente tem que preservar e lutar cada um pelo seu quadrado, mas a gente tem que trabalhar unido e brigar por quem tem que executar de verdade e com quem é responsável por toda essa fatalidade. Em 1941 ocorreu a primeira enchente, tem 83 anos; ocorreu a próxima e a gente não está protegido.

Porto Alegre é uma formiga perto do tamanho do Brasil e do tamanho que o recolhimento do Brasil tem no caixa do governo federal. Entrega-se a conta em quem é dever de pagar essa conta. É isso aí pessoal, muito obrigado.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Obrigada vereador. Passo então a palavra agora para o Sr. Maneco e para o Ver. Aldacir Oliboni fazerem as considerações finais.

SR. EMANUEL HASSEN DE JESUS: Só aproveitar aqui para esclarecer algumas dúvidas, o vereador falou do Compra Assistida, não é? Primeiro, a pessoa não ganha R\$ 200 mil, ela escolhe a casa, e o governo então compra a casa para ela. E é até R\$ 200 mil, não é possível a família complementar esse valor. Então é até R\$ 200 mil, o governo federal compra a casa, só que antes do governo comprar, ela tem que ser avaliada pela engenharia da Caixa, cumprindo os requisitos, enfim, da documentação e da casa estarem em condições, a Caixa compra e entrega para a família. Em Porto Alegre, vou repetir aqui, nós já entregamos, e aproveito para convidar o vereador aqui quando quiser participar comigo, porque toda semana estamos entregando casa, ou seja, é resultado, é

entrega para as pessoas. Nós já entregamos aqui em Porto Alegre 685 moradias, que estão entregues para as famílias, estão morando nas casas, 685. E temos já, que as famílias já escolheram as casas, e que agora está na tramitação desse processo, 313 casas que a engenharia já aprovou, só falta agora assinar o contrato, e 286 que as famílias escolheram, e a engenharia tem que ir lá para ver se essas casas estão em condições. São, então, arredondando, cerca de 550 casas. E, no Rio Grande do Sul, entregamos simbolicamente, na semana passada, quinta-feira, a casa de número mil, o que, evidentemente, é pouco frente ao total que o Estado precisa, mas é um número muito importante também pelo período e pela velocidade com que a gente tem conseguido imprimir nessas entregas. Qualquer um de nós aqui, se for financiar um imóvel no banco, vai levar 90 dias para financiar. Então, imagina fazer isso em um processo que é para milhares de pessoas, que inicia nas prefeituras, faz o cadastro, manda para a gente, tem que aprovar, tem que ter fiscalização, inclusive para depois a gente não sofrer, ali na frente, punição dos órgãos de controle ou acusação de A ou B de ter feito todo o processo malfeito. Então, já tem entregas de moradia sendo feitas.

Quero corrigir uma informação aqui também, vereador. A Metroplan não tem os projetos prontos. A Metroplan, desde 2014, está praticamente sem atualizar nenhum tipo de projeto, ou seja, há dez anos. A Metroplan esteve para ser extinta, inclusive. Então, todos os projetos que tem são de 2014 e, portanto, foram feitos com as cotas da enchente de 1941, que não servem mais. Todos esses projetos têm que ser atualizados na cota e no orçamento, porque o preço de 2014 não é mais o preço de hoje. Isso é o que está sendo feito agora pelo governo do Estado; é responsabilidade do governo do Estado a atualização. Inclusive, foi uma solicitação do próprio governador ao Presidente Lula, para que o governo do Estado ficasse com essa responsabilidade. Então, os projetos estão sendo atualizados para depois irem à licitação, e é isso que estaremos fazendo amanhã de manhã, inclusive, reunidos com o governo do Estado para ver o que podemos ajudar para acelerar esse processo e colocar essas licitações na rua. Mas o recurso já está depositado em um fundo na Caixa Econômica

Federal, rendendo cerca de R\$ 70 milhões por mês, inclusive, e só pode ser utilizado para essas obras, senão ele volta para o caixa do governo federal.

Para finalizar aqui, evidentemente, o governo federal está junto com os municípios do Estado, mas o governo federal mais pagando a conta. Já disse ali: são mais de R\$ 80 bilhões que já estão aqui no Estado e que vão chegar a mais de R\$ 140 bilhões até o final desse processo. Então, no caso do Rio Grande do Sul, o problema não é só dinheiro, é fazer andar mesmo, o que a gente já comentou aqui, da dificuldade que todos nós temos de conseguir acelerar no ritmo que a população espera, merece e precisa, e é para isso que estamos trabalhando. Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Muito obrigada. Quero citar a presença da Ver.^a Natasha Ferreira, que está aqui presente. O DMAE pediu uma palavrinha de um minuto. Depois, Ver. Gilvani o Gringo, um minuto, e o Ver. Aldacir Oliboni faz o cerramento.

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Eu queria, só para deixar alinhadas as informações, que concordo bastante com a Ver.^a Atena Roveda sobre o que ela falou, que cada um fala um número e ninguém entende nada, porque é número da saúde, é número da educação, número da habitação, número do DMAE, número do saneamento... É bem complicado. Eu mesmo, dentro do DMAE, assessoro a presidência para ter o controle de todas as ações; são várias tabelas e várias ações em paralelo, e tem os valores das ações estimadas, as ações já contratadas, aquelas contratadas, as que já foram empenhadas e pagas e as que estão em execução. Para entender tudo isso, precisaria de um seminário aqui, não dá para fazer em meia hora.

Mas, só para retificar, o Sarandi foi o primeiro das ações do DMAE de proteção; começamos em 30 de agosto. Então, da nossa parte, de interesse de proteção de toda a população do Sarandi, iniciamos em 30 de agosto de 2024, foi o primeiro das ações. E dá para ver, é bastante público, o esforço que o prefeito tem, que o governo municipal tem, para conseguir regularizar aquele pessoal

que está em cima do dique do Sarandi, para poder dar proteção. Ele trata disso publicamente desde novembro.

Então, há uma preocupação muito grande da gestão com o bairro Sarandi, muito grande. E, para retificar, alinhar as informações, o Ver. Gringo deu algumas informações, e eu gosto de sempre trazer clareza. Em outubro, não, mentira, no dia 7 de novembro, eu e o Maurício Loss estivemos na sede do Arquivo Nacional, onde tem os alfarrábios do extinto DNOS. A gente pediu licença lá, tem uma apoteca, é um prédio gigantesco, histórico, lá no Rio de Janeiro, que tem arquivo de várias entidades federais extintas, e lá tem o que sobrou do DNOS. Encontramos lá um funcionário que trabalha no Arquivo Nacional desde 1988, e o DNOS foi extinto em 1990. Ele fez o transporte do que sobrou do DNOS para o Arquivo Nacional. Inclusive, ele é descendente de gaúchos, mora lá, nasceu lá, e nunca veio no Rio Grande do Sul. O que tem lá? Lá constam os primeiros planos feitos em 1942 e as primeiras obras feitas. Então, o DNOS fez, o governo federal fez, em 1942, os primeiros diques, as primeiras casas de bomba. Só que, em 1967, ninguém fala, teve uma cheia que atingiu 3,15 metros que inundou quase todos os mesmos lugares que já tinham em 1941. E, em 1968, foi feito um outro grande estudo, com um outro grande empreendimento, que são os diques que tem hoje, que, realmente, nunca foram terminados. Nunca foram terminados. Então, não é verdade que ficou de 1941 até 1968 sem fazer nada. Não é. Em 1942, o DNOS tem lá as plantas, os projetos. Eu mesmo bati foto lá, mas não pode retirar, só pode ser consultado o material que fica armazenado lá. Inclusive, tem todo um sistema de segurança para entrar e sair de lá. Não pode sair nada de lá; são documentos oficiais brasileiros que ficam armazenados. E eles fizeram, só que não funcionou, porque, em 1967, houve uma nova cheia, e precisaram fazer um estudo maior. Esse estudo maior foi o que foi implantado até hoje, com os diques aí da área metropolitana e as casas de bombas, mas eles não foram suficientes para essa cheia, porque o sistema não foi completado. A outra questão é relativa às casas de bombas. Elas não funcionam para proteção contra inundação, como aconteceu. As casas de bombas são para retirar água que chove dentro da cidade. E a água que inundou a cidade não

choveu dentro da cidade; ela veio do Guaíba e do Gravataí. Então, casas de bombas funcionando e não funcionando, não faria diferença. Só isso que quero deixar bem claro, porque a gente precisa alinhar essas informações, porque a sociedade porto-alegrense tem que entender isso tudo, é uma coisa complicada. Nós tivemos mais de 40 pontos de entrada de água na cidade – 40 pontos. Não é uma comporta, não é uma bomba, não é uma galeria, não é um dique. São 40. É bastante complicado e longo esse assunto. Obrigado.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Ok. O Ver. Gilvani o Gringo também pediu um minutinho.

VEREADOR GILVANI O GRINGO (REPUBLICANOS): Em resposta ao secretário Maneco, o importante do debate é a gente expor o nosso pensamento, pois a gente tem que buscar a solução. E, obviamente, a gente sempre se respeita como pessoa. Eu gosto sempre, acho interessante, é a primeira vez que estou no meio da política, mas acho interessante esse sentimento, a gente debater sem carregar mágoa, mas sempre pensando em prol das causas. Eu vou pegar o seu contato, Maneco, eu vou lhe mandar os *cards* que eu tenho relacionados a esses estudos. Uma coisa o senhor tem razão, tem que se refazer um realinhamento disso tudo atualizado, isso é óbvio, mas eu falo sempre – o Darcy fez um comentário – que as casas de bombas não foram feitas para atender esse tamanho de enchente. Mas a *freeway*, para vocês terem ideia, é um dique. Foi feita uma parceria lá atrás para construir a *freeway*, que se liga à Av. Castelo Branco, até o Centro. Ela é o dique, ela foi construída para ser o cordão de proteção de Porto Alegre, seguido de Alvorada, entendeu? E as elevatórias serem instaladas no alinhamento dela. Eu falo aqui para vocês só terem ideia, a BR-448 também, ela é o dique oficial da Região Metropolitana. A única coisa que tem que ser feita, concluída, é o quê? São as elevatórias e os diques internos. O que é dique interno? São os diques nos canais, como no arroio Feijó, dique de ambos os lados, dentro da cota, né? O secretário falou também. E as elevatórias alinhadas a elas. Então, tem obra pronta, tem um

grande recurso investido, que vem lá de trás. É importante eu falar isso, esse meu conhecimento, e todo esse meu trabalho atuante em cima, ajudando pessoas e tal. Eu peguei um conhecimento muito amplo em cima disso, eu fui buscar informação. Então, eu falo sempre que, muitas vezes, não é só dinheiro, mas a gente saber customizar. Eu digo, a gente tem 10 sapatos na prateleira e quer comprar outro. Não, vamos ajeitar o que tem e vamos comprar o que é necessário. Muitas vezes, não é mais o sapato. O dique está ali, o dique interno, as elevatórias no alinhamento, os canais de drenagem customizados e alinhados nas elevatórias. Em muitos lugares é descampado, não tem moradia, então, isso facilita muito a obra. Eu falo aqui o meu sentimento e a minha visão relacionados à questão de proteção contra as enchentes. Não vou me prolongar, senão vou me estender demais aqui, mas tem questões do Vale do Taquari que eu tenho conhecimento, que eu já levantei e quero expor aqui com o passar das reuniões. Agradeço ao pessoal e o empenho de todo mundo. Agradeço todo mundo a me entender também. E estamos juntos, pessoal. Bora.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Obrigada.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível)

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Artur pediu para falar um minutinho, depois eu passo ao Ver. Oliboni.

SR. ARTUR RIBAS: Sem dúvida que muitos números foram falados, mas uma catástrofe desse tamanho não tem como a gente fazer gestão e dar celeridade no processo sem a gente trazer esses números importantes. Então, aqui trago mais alguns números, respondendo ao Felisberto, pois ele traz uma preocupação dos laudos que foram feitos das casas, da senhora que estava numa casa, que teve sua casa destruída. E, sim, o Município está muito preocupado com isso. Nós contratamos 19 mil laudos que ainda estão em execução. Esses laudos estão sendo feitos há três meses, quatro meses,

espalhados por toda a cidade. O Estado também contratou laudos, ele executou mais de cinco mil laudos de habitação, muitos vinculados à Zona Sul de Porto Alegre e Ilhas. E o Município ainda vai fazer mais uma contratação complementar de mais quatro mil laudos. Essa contratação deverá ser publicada dentro deste mês ou na virada do mês. Isso com o objetivo de atender às portarias do governo federal, para que a gente possa, cada vez mais, ter certeza absoluta de que a gente conseguiu passar em todas as casas e de que a gente reconheceu aquelas casas que realmente estavam destruídas por conta das enchentes, para que a gente possa trazer esse recurso do governo federal para essas famílias. Então, um volume bem expressivo e um trabalho que está sendo acompanhado pelo Escritório de Reconstrução e pelo DEMHAB, batendo em cada uma das portas, conversando com cada uma das famílias, entrando nas casas, entendendo qual é o estado daquela casa, para que a gente possa beneficiá-las.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Muito obrigada. Passo a palavra ao Ver. Oliboni, vereador proponente da pauta, para os encaminhamentos finais.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Em primeiro lugar, quero agradecer à Comissão de Saúde e Meio Ambiente que acatou a ideia de começarmos a debater esse assunto, um assunto muito pertinente. Esses dados trazidos, tanto do governo federal como do Município, muitas vezes, são desconhecidos dos vereadores. Nós ouvimos muitas coisas no plenário que, às vezes, não nos satisfaz; às vezes nos indigna, porque não é a verdade. Percebemos aqui que, de fato, nós temos que lutar muito pela desburocratização e, para isso, nós vamos propor, eu vou propor à Comissão, para maio, nós fazermos uma outra reunião onde se consiga trazer aqui a Metroplan, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil... Nós sabemos das inúmeras dificuldades – por exemplo, num dos programas, que é o Compra Assistida – de as pessoas serem contempladas. O governo federal tem uma meta de atender 22 mil famílias. O governo municipal, até então, cadastrou 6 mil famílias. E, segundo o Maneco, que

representa a Secretaria de Reconstrução, que está ligada ao Ministério da Casa Civil do governo federal, está atendendo à medida em que o governo repassa essas informações corretas para poder confirmar e liberar o recurso. Eu creio que esta reunião foi válida, por isso agradeço a todos que estiveram aqui. Alguns assuntos pontuais, tanto da saúde como do Compra Assistida, como do DMAE, que o Darcy falou aqui da enorme dificuldade que está encontrando. O Maneco se colocou à disposição de recebê-los. Independentemente disso, até maio, nós vamos pedir um relatório de todas as secretarias, dos programas, de algo que o governo municipal está reclamando, vamos supor que esteja reclamando, e que não está sendo contemplado para fazer interlocução. O que depende de Porto Alegre tem que ter muita conversa, tem que chamar os órgãos que, em tese, estariam dificultando. Se fala na desburocratização, mas sabemos que isso é antigo, é demorado. Nesta reunião, vamos dar oportunidade para todos os segmentos que, agora, ainda estão com dificuldade de aplicação dos recursos. Nós sabemos que os recursos são muitos, o próprio Maneco trouxe aqui um valor de R\$ 80 bilhões para o Estado do Rio do Sul; para o governo municipal são recursos significativos. O próprio Darcy confirma esse número aproximado de R\$ 770 milhões, mas é preciso, vamos dizer assim, ter os projetos atualizados, como o próprio Maneco falou que a Metroplan não os tem. Vamos chamar o governo do Estado, através disso, para poder ampliar esse debate. Espero a sensibilidade de todos, que possamos aqui numa mesa de trabalho, como aconteceu hoje, conseguirmos avançar nesse aspecto e atender o nosso querido povo de Porto Alegre. Muito obrigado. Até a próxima.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 12h08min.)